



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



Facebook:
[fb.com/massas.por](https://www.facebook.com/massas.por)

WhatsApp:
(11) 99990-3179

Boletim da CPE n.º 09, de 08 de novembro de 2021

São Gonçalo do Amarante/RN

Continua a luta em defesa da estabilidade dos mais de 400 servidores municipais

Os servidores municipais que foram contratados antes de 1988 e efetivados após a Constituição Federal continuam tendo sua estabilidade ameaçada pela prefeitura de São Gonçalo do Amarante. Em seus contracheques, permanece a caracterização de servidores “não efetivos”, preparando o caminho para que sejam transferidos da previdência municipal (IPREV) para o INSS, o que implicará em perda de direitos conquistados. Segundo relatos, nos seus contracheques, já consta o desconto pelo INSS. Além disso, o termo “não efetivo”, utilizado pela prefeitura, demonstra uma intenção de demitir esses trabalhadores, atacando o seu direito à estabilidade.

No dia 20 de outubro, o Fórum dos Servidores Municipais realizou um dia de paralisação e ato na frente da prefeitura. Estiveram presentes os sindicatos do SINDSEM, SINTE/Núcleo SGA e SINFAM. Os presentes em sua grande maioria eram de trabalhadores em educação. Depois das falas dos dirigentes e da base, formou-se uma comissão para conversar com o prefeito. A comissão foi informada de que o prefeito não estava e que não tinha nenhum assessor que pudesse receber a comissão.

Os trabalhadores, reunidos de frente à prefeitura, decidiram ocupar o prédio até serem recebidos pelo

governo. À tarde, um dos assessores informou que o prefeito “estava doente” e que iria marcar uma reunião virtual com os dirigentes sindicais, e que o vereador governista iria ajudar nas negociações.

Conversa vai, conversa vem, e o problema continua. Mesmo a Constituição de 88 dando o direito à estabilidade, estes servidores permanecem sendo constrangidos pelo termo “não efetivo” em seus contracheques, e com receio de serem demitidos. O governo de Paulo Emídio busca impor a retirada destes servidores do regime próprio de previdência, tão defendido pelo seu grupo político.

Diante do quadro de ataques a estes servidores, a Corrente Proletária defende:

- **Em defesa da manutenção da estabilidade dos servidores efetivados após 1988!**
- **Manter a luta pelo direito da aposentaria integral, com todos os direitos!**
- **Pela derrubada das contrarreformas que pioraram a vida dos trabalhadores!**
- **Quem deve custear a previdência dos trabalhadores é o governo e os patrões! Abaixo a contrarreforma da previdência! Nenhuma alíquota paga pelo trabalhador!**

Natal/RN

Prefeito Álvaro Dias quer dar esmola ao magistério de natal, e deixando os aposentados de fora! É necessário organizar a greve!

No dia 15 de outubro, houve uma assembleia que foi transformada em ato em defesa da atualização do piso de 12,84% do magistério de Natal do ano de 2020. O prefeito Álvaro Dias enrola a categoria em não querer pagar o repasse do piso nacional. A proposta de 6,42%, metade do piso, deixando os aposentados de fora, é uma afronta ao magistério indignado diante da esmola, pois se sabe que a inflação já passa dos 10%. Já estamos no final do ano, se aproxima o novo percentual de repasse do piso e o prefeito vai matando de fome os trabalhadores em educação.

Mesmo com a proposta do SINTE de parcelar o restante do 6,42% em três vezes em outubro, novembro e dezembro, o prefeito não quer conversa. É um grande opressor. Quer impor os 6,42% para os

ativos, negando o restante da dívida e deixando os aposentados de fora.

O prefeito contou com a passividade da direção do SINTE durante a pandemia, substituindo a luta presencial pelos meios virtuais, desarmando organizativamente a categoria. O ato presencial foi um importante passo para romper a passividade, mas é preciso que a direção do SINTE chame uma assembleia presencial dos trabalhadores em educação para organizar a luta contra este governo que está dando calote no magistério de Natal!

- **Assembleia presencial urgente para organizar a luta dos trabalhadores em educação!**
- **Repasse do piso integral para todo o magistério!**

Campanha de moções de apoio e solidariedade à professora Mônica

O **Partido Operário Revolucionário (POR)** tem impulsionado uma campanha de moções em solidariedade à professora Mônica Moraes, que tem sofrido perseguição na Escola Estadual Ivani Machado Bezerra (São Gonçalo do Amarante/RN).

No dia 05 de outubro, sem que tivesse conhecimento sobre do que estava sendo acusada e sem ter tido acesso aos documentos, a professora foi surpreendida com a decisão do Conselho Escolar de que seria removida da sua escola. A decisão se deu de forma arbitrária, sem que fosse garantido à professora o direito ao contraditório e à ampla defesa.

As falsas acusações são de que: 1) a professora teve sua aula gravada em 2019 por duas alunas, sob a alegação de que "a aula não deveria ser sobre política", e que uma mãe denunciou que a escola estava "doutrinando" as crianças "com viés comunista e petista"; 2) a professora se negou a dar aulas remotas, quando estas se tornaram obrigatórias; 3) uma série de fatos desconexos, a partir de relatórios, em que a gestão da escola convenceu uma parte dos alunos a assinar objeções em relação às aulas da professora.

Diante dessas três acusações, a professora Mônica demonstrou: 1) foi arbitrariamente filmada em sua aula, com um claro objetivo de perseguição política, e que, na época, tanto ela quanto a escola foram, na verdade, vítimas de ataques da ideologia da "Escola sem Partido"; 2) a professora comprovou ter respondido às aulas remotas, como consta do Ofício enviado por ela, de 3 de novembro de 2020, e de sua "Proposta de reposição das aulas não-presenciais" enviada à escola dentro do prazo estabelecido; 3) os relatórios, os quais uma parte dos alunos foi convencida a assinar, retratam situações que já foram resolvidas entre a professora e os alunos; 4) No "Relatório Pedagógico e Administrativo" não consta, em nenhum momento, a versão da professora e o desfecho das situações descritas.

Trata-se de clara perseguição política à professora Mônica, que se configura tanto no caso da gravação arbitrária de sua aula, quanto nas falsas acusações contidas no "Relatório Pedagógico e Administrativo", claramente orquestradas por aqueles que se guiam contrários ao direito de cátedra e de expressão.

Sindicatos, entidades e movimentos defendem que o Conselho Escolar anule a sua decisão, retire as falsas acusações e reconduza a professora Mônica às suas aulas.

Segue abaixo a lista de organizações que assinaram moções em solidariedade à professora:

1. SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN
2. SINTE/RN – Núcleo de São Gonçalo do Amarante
3. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Gonçalo do Amarante/RN
4. Sindicato dos Bancários/RN
5. SINDSAÚDE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN
6. SINSENAT - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal
7. SINDECON - Sindicato dos Economistas do Estado do RN
8. MLB/RN - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
9. GAS – Grupo de Ação Socialista
10. Central Única dos Trabalhadores - CUT/RN
11. APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP
12. APEOESP - Subsede Itaperica
13. APEOESP - Subsede São Bernardo do Campo
14. APEOESP – Santo André
15. APEOESP Subsede Oeste Lapa
16. APEOESP - Subsede Atibaia
17. APEOESP Subsede Itaquera
18. APEOESP Subsede Poá/Ferraz de Vasconcelos
19. APEOESP – Subsede Mauá
20. APEOC - Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará
21. SINTERO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (Regional Zona da Mata)
22. SINPROF/RO - Sindicato dos Professores e Professoras no Estado de Rondônia
23. SINPMOL – Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
24. SINDSIFPE - Seção Sindical do SINASEFE
25. ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Nível Superior
26. ANDES Regional Sul
27. APROPUC – Associação dos Professores da PUC/SP
28. SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP
29. SinTUFABC - Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC
30. DCE da UNIR
31. Movimento PPGE_UFPE na Luta
32. SINDEMA – Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema
33. SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião
34. Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de SP
35. SINDIPETRO-LP – Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista
36. Rádio Comunitária Alto Alegre dos Parecis (RO)
37. CTB Rondônia
38. CSP Conlutas Pernambuco
39. LOI – Liga Operária Internacionalista
40. FOB - Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil
41. Frente Revolucionária dos Trabalhadores
42. CTS - Círculo dos Trabalhadores pelo Socialismo
43. GEAP/CE - Grupo de Estudo e Ação Política
44. Associação de Pós-Graduandos da Faculdade de Educação APG/FE UNICAMP
45. AMAASP - Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo